

## A Suprema Corte Norte-Americana\*

**RICHARD L. WILLIAMS**

(da Smithsonian Institution)

— Tradução e notas de **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza** (Coordenador da Escola Judicial do TJMG)

### 1. A EQUIPE QUE A MANTÉM FUNCIONANDO

No mais excelso Tribunal da Nação um susurro torna-se um grito ecoando através de gerações. Contudo seus funcionários são de carne e osso.

As onze e meia da manhã, um advogado em seu terno escuro, apresentava um caso perante o mais excelso dos tribunais americanos, a Suprema Corte dos Estados Unidos. Certo de que sua causa era justa, ele precisava somente convencer cinco dos nove Juízes do Tribunal. Com entusiasmo, ele começou a ler um feixe de anotações. E não percebeu quando uma luz vermelha acendeu na tribuna, assinalando que seu tempo se havia expirado. Até que, finalmente, quando levantou os olhos, ficou perplexo. As cadeiras dos Juízes estavam vazias. Ele havia perdido seu esforço. Os Juízes silenciosamente se haviam levantado e, juntando suas becas pretas, tinham ido para o almoço. (Ele não ouvira

---

\* O original do presente trabalho me foi trazido pelo Dr. Aristóteles Atheniense, Presidente da OAB-MG, ao retornar de viagem aos Estados Unidos. Esta tradução foi devidamente autorizada pela «Smithsonian Institution», detentora do Copyright. Aqui ficam registrados os agradecimentos do tradutor ao ilustre Advogado e à nobre Instituição.

o Presidente da Corte dizer: «Recomeçaremos às 13 horas»). Compreendeu, então, que a impolidez havia sido sua ao ultrapassar o seu tempo de sustentação oral. E, enquanto recolhia seus papéis e batia em retirada, preocupava-se com a possibilidade de ter prejudicado o seu caso.

Mesmo para quem milita habitualmente perante seus Juízes, a Suprema Corte pode ser enigmática, misteriosa e surpreendente, vestida como está em quase dois séculos de dignidade délfica. O Juiz aposentado, Tom Clark, que, advogando, postulou quatro casos perante a Corte e ganhou todos, lembra que «mesmo depois de ter postulado um ou dois, a gente ainda tem aflições. Eu tive. E acho que talvez seja bom que a gente tenha. Porque, senão, se se fica muito calmo, muito confiante, a gente acaba perdendo».

A mesma sensação de nervosismo pode assaltar também os Juízes recém-nomeados. O Juiz Lewis F. Powell, que é bastante calmo, disse que a nomeação para a Corte «atinge a gente como um raio». O Juiz Clark conta como se assentou ao lado do falecido Juiz Robert H. Jackson e lhe perguntou certa vez: «Quanto tempo levou para você se sentir aclimatado aqui, Bob? E ele responde: Sabe de uma coisa, eu perguntei isto ao Presidente Hughes. Ele disse que levaria uns três anos. Então eu disse: 'O que **você** pensa?' E Jackson respondeu que ele achava que levaria uns cinco anos».

A imponente majestade da Corte não deixa de impressionar qualquer pessoa que se aproxime de seu «palácio de mármore», ocupando toda uma quadra, a um quarteirão do Capitólio. Sobe-se 53 degraus e no topo, atingindo-se o nível do Grande Saguão, com o Salão de Julgamentos ao fundo, depara-se com um aviso num pedestal, advertindo SILÊNCIO. Neste templo, como o Juiz Presidente Warren E. Burger o definiu, «um susurro torna-se um grito». Ele estava referindo-se naturalmente à assombrosa repercussão que as decisões da Corte têm sempre sobre a vida americana; mas, literalmente mesmo, a acústica do Grande Saguão é tão perfeita que ali uma tosse discreta é amplificada como um urro.

Apesar de todos os milhões de palavras que inspirou e de todas as manchetes que suas decisões controvertidas — sobre segregação racial, privilégio presidencial, aborto, pena de morte, para citar só algumas — tenham gerado, a Suprema Corte, e todo o sistema judicial cujo ápice ela ocupa, permanecem o menos conhecido dos três órgãos do Poder Estatal americano. Seus integrantes são as figuras menos conhecidas do nosso mundo público. Até certo ponto, isto se deve aos próprios Juizes. Eles não disputam posições. Não há motivo para que abram as portas de seus reservados gabinetes a mais de 600.000 turistas que passam pelas instalações da Casa a cada ano. Não dão entrevistas à imprensa, embora muitos deles ocasionalmente conversem com jornalistas. A última entrevista formal foi de William O. Douglas, em 1973, quando se tornou o Juiz mais antigo da Corte, aos 34 anos de serviço.<sup>1</sup>

Eles realmente precisam de privacidade, na qual possam realizar o seu delicado trabalho de pesquisa, meditação e decisão, individual ou colegiada, em milhares de feitos por ano. É muito comum confundir-se privacidade com segredo. Não no entendimento do Juiz Presidente Burger. Em seus sete anos e meio como possivelmente o mais inovador dos presidentes da Corte desde 1789, ele se esforçou para rasgar os véus do segredo e humanizar o palácio de mármore. Os tetos de gesso moldado com motivos de folhas de fumo e flores de lótus foram repintados em brilhantes vermelho, branco, azul e dourado. A remodelada cantina pública do térreo, onde os Juizes às vezes almoçam com seus assistentes jurídicos, é um dos melhores pontos públicos de refeição em Washington. Uma pequena sala de projeção exhibe continuamente um documentário sobre a Corte. Curta-metragens

---

1. Segundo Henry J. Abraham, professor da Univ. de Virgínia, «A Corte, que age como agulhão moral para com os outros dois ramos do poder, não está engajada nem interessada numa disputa de popularidade — sua função, é lógico, não é de contar eleitores! Se este tempo chegar um dia, o supremo tribunal judicial, como agora o conhecemos, terá perdido o seu significado» (in «A Corte Suprema no Evolutivo Processo Político» — Ensaio sobre a Constituição dos Estados Unidos — Ed. Forense-Universitária — 1978).

bem imaginados mostram o relacionamento entre a Corte e o povo, onde antes só o mármore frio se apresentava aos olhos do visitante (um mausoléu, como dissera um Juiz). Estes são os resultados do trabalho da jovem Catherine Skefos, Primeira Curadora da Corte, e de sua assistente, Gail Galloway, ex-secretária do Juiz Powell. Uma exposição lembra com destaque que a Corte não pode ser afastada da visão do público:

— Pinturas e desenhos dos primeiros anos do Século XIX, quando os Juízes tinham que fazer um «circuito — o que ocorreu até 1891, apesar de suas queixas — para ouvir apelações e «mostrar a bandeira» no interesse da ainda tênue União (O Juiz Presidente John Mashall cavalgou mais de 100 milhas de Richmond, onde residia, para presidir o julgamento da conspiração de Aaron Burr).<sup>2</sup> Uma etiqueta, ao lado de uma pintura em que pessoas dançam na rua, explica um antigo costume americano: «Era temporada de julgamento, e com americanos, isto significava tempo de festa».

— Caricaturas de jornal de 1937 criticam a proposta do Presidente Franklin D. Roosevelt, revelada por uma «conversa de rádio», no sentido de aumentar a composição da Suprema Corte para 15 Juízes ou, como gritava a imprensa, «empacotar» a Corte para que ela satisfizesse a sua própria vontade. E, abaixo, o original de uma carta enérgica de oito páginas do Juiz Presidente Charles Evans Hughes ao Senador Burton K. Wheeler, refutando os argumentos de Roosevelt e declarando «que a Suprema Corte está plenamente em dia com seu serviço».

---

2. A grande e franca animosidade entre Jefferson, Presidente da Nação e Marshall, Presidente da Suprema Corte, ficou em relevo no curso desse julgamento, realizado em 1807. Em 1803, no famoso caso Marbury x Madison, litígio de pouca importância originária, Marshall havia criado a doutrina do «Controle Judicial» ou da «Supremacia Judicial» (ver nota nº 16).

— A primeira página do «New York Times» de 25 de julho de 1974, com a manchete garrafal: «NIXON DEVE ENTREGAR AS FITAS, DETERMINA A SUPREMA CORTE POR 8 A 0; ELE GARANTE TOTAL CUMPRIMENTO DA DECISÃO».<sup>3</sup>

A recente abertura da Suprema Corte, com acessibilidade e humanização crescentes, demorou muito a acontecer. A Corte só teve sua casa própria em 1935, com a construção de seu atual edifício. Primeiramente ela funcionou no andar superior do Royal Exchange Building em Nova Iorque, no meio do borbo-rinho da zona comercial. Por dois dias, esteve no Independence Hall, em Filadélfia, e, depois, por uma década, no Old City Hall, na mesma cidade. Por 75 anos, ocupou salas esparsas no Senado Norte-Americano.

Talvez o arquiteto Cass Gilbert, que projetou o atual edifício depois que William Howard Taft ensaiara sua construção por anos, tanto como Presidente da Nação quanto como Presidente da Corte, tenha exagerado ao fazê-lo tão intimidador, embora majestoso. Vendo o edifício recém-construído, um Juiz perguntou sarcasticamente: «E agora, será que temos que entrar no prédio montados em nove elefantes?».

Em 1937, Hugo Black tornou-se o primeiro «novo» Juiz a ocupar um dos gabinetes do prédio. Alguns, acostumados a trabalhar em casa, assim continuaram. Como o primeiro, o Juiz Black fez sua escolha — uma adorável sala de canto — e a manteve pelos 34 anos restantes de sua vida. À medida que novos Juizes vinham para a Corte, os gabinetes foram sendo ocupados.

---

3. A notícia refere-se, obviamente, ao episódio de Watergate, que culminou com a renúncia do Presidente Nixon. É interessante lembrar aqui que a ordem judicial originária para que Nixon apresentasse as fitas partiu de um Juiz singular — o Juiz Federal John J. Sirica, motivado pelo promotor Archibald Cox. Nixon, que já se recusara a exhibir as gravações ao comitê especial de investigações, demitiu Cox e também o Procurador Geral Richardson e o Vice-Procurador Ruckelshaus, ambos soli-

A estrutura do prédio foi orçada em menos de 10 milhões de dólares. Surpreendentemente, o Tesouro ainda recebeu 100 mil dólares de volta.<sup>4</sup> Mas nada mostra que Cass Gilbert e os construtores tenham economizado ao criarem o que veio a ser um ótimo negócio para o país. Seis espécies de mármore, três domésticos<sup>5</sup> e três estrangeiros, ao lado de milhares de metros de lambris de carvalho claro, dão ao prédio uma aparência de limpeza e polimento. Os grandes portões trabalhados, as portas dos elevadores e até as caixas de mangueiras de incêndio são de bronze brilhante. Escadas espirais de mármore, em maravilhosa engenharia, elevam-se da garage até o último andar, cinco níveis acima, só encontrando similares no Vaticano e na Ópera de Paris. Por questão de segurança, elas não estão sendo usadas.

Em meio a todos os toques suavizantes, incluindo fontes, mesas de lanche e genzneos vermelhos nos quatro pátios internos, uma área se mantém tão intimidadora quanto elegante. É a própria Sala de Julgamentos onde ainda impera e sempre imperará, sem dúvida, um impressionante ar de dignidade. O salão tem 14 metros de altura com paredes revestidas de frisos de mármore com baixos-relevos representando os grandes legisladores, cenas e figuras simbolizando o poder do governo e a majestade do direito.

O grande cadeiral dos Juízes domina o ambiente. Ele era retilíneo mas, em 1972, teve suas extremidades puxadas para frente, em ângulo, a fim de que os componentes da Corte possam se ver e não se interromper. Quando se ouve, o tradicional pregão «Oyez, oyez!», todas as pessoas na sala se põem de pé. Nove figuras paramentadas surgem por entre cortinas vermelho-escuras, aparecendo dramaticamente três Juízes em cada uma

---

dários ao primeiro. O Presidente recorreu à Corte de Circuito do Distrito de Colúmbia, mas não foi feliz e acabou, por decisão unânime da própria Suprema Corte, tendo que apresentar as famosas fitas.

4. A verba autorizada foi de 9.740.000 dólares. Após a conclusão das obras a quantia de 94.000 dólares foi devolvida ao Tesouro. Com a morte de Cass Gilbert, os arquitetos que acompanharam a construção foram Cass Gilbert Júnior e John R. Rockart.

5. Os mármore domésticos vieram de Vermont, Georgia e Alabama.

das três entradas. Assentam-se em suas cadeiras individualmente diferentes e, em segundos, ouve-se as seguintes palavras: «Advogado, o senhor pode começar quando estiver pronto».

No meio do cadeiral, assenta-se um homem de muitas missões importantes. No Tribunal, o Chefe do Poder Judiciário dos Estados Unidos é, na verdade, presidente entre seus iguais — «primus inter pares», na expressão latina. De acordo com o regimento, ele é também o presidente da Conferência Judicial dos Estados Unidos. Este corpo de 25 membros inclui os Juízes presidentes de nossas onze Cortes de Apelação.<sup>6</sup> A conferência funciona como uma espécie de «Conselho Superior» para os 500 juízes federais do país. Durante e entre as sessões de trabalho, este conselho tem que lidar com toda sorte de problemas, tais como projetos de lei em novas áreas do direito, a necessidade de maior eficiência nos calendários forenses, o uso mais apropriado do tempo dos jurados, o trabalho dos inspetores de livramento condicional, a equidade nas sentenças de criminosos condenados.

Muitas pessoas conhecem as frustrações forenses: testemunhas tendo que comparecer repetidamente perante o Juiz, mas nunca sendo chamadas para depor; cidadãos e cidadãs perdendo semanas, enquanto esperam ser sorteados e escolhidos para uma sessão de júri. Embora os juízes federais possam eles próprios constituir-se um problema difícil, a maioria aceita o papel da Conferência Judicial e entende a necessidade da existência de padrões racionalmente uniformes.

### O Poder Judiciário tem seu setor de treinamento

Também, conforme o regimento, o Juiz Presidente dirige o Federal Judicial Center, sediado na histórica Dolley Madison House,

---

6. As Cortes de Apelação são tribunais federais, cuja competência recursal é rever as decisões dos juízes federais de 1º grau. Elas se localizam em onze regiões chamadas «Circuitos», porque «outroa, os juízes viajavam 'em circuito', a fim de fazer justiça» (cfr. E. Allan Farnsworth, in «Introdução ao Sistema Jurídico dos Estados Unidos», Forense, 1963). Ver nota nº 11.

na Praça Lafayette, em Washington. Este é o setor de pesquisa, desenvolvimento e treinamento do judiciário federal.<sup>7</sup> Ali, uma equipe de 79 pessoas executa as decisões administrativas de uma comissão de sete membros que se reúne quatro vezes por ano.

O Juiz Presidente Burger é também o presidente honorário do Instituto de Administração Judicial, situado na Universidade de Nova Iorque, e membro facultativo do Seminário de Sobre-Juizes, na mesma universidade. Por dois anos, antes de assumir o seu cargo, ele presidiu o «Projeto da Ordem dos Advogados dos Estados Unidos para a Uniformização da Justiça Criminal». No aspecto cultural o sobrecarregado Presidente foi o fundador, e é o atual Diretor Honorário, da Sociedade Histórica da Suprema Corte, presidente da Mesa de Curadores da Galeria Nacional de Arte, Curador da Sociedade Nacional de Geografia e Chanceler da **Smithsonian Institution**. Todos estes cargos e funções ele ocupa e exerce com a maior seriedade.

Na primavera de 1972, **Mark W. Cannon** era diretor do Instituto de Administração Pública em Nova Iorque. Bugrer o chamou a Washington para falar sobre um novo cargo criado pelo Congresso — assistente administrativo para o Presidente da Suprema Corte. Um dinâmico homem de carreira, acostumado às análises de desenvolvimento e de política de governo, Cannon trabalhara em 56 países e em muitos estados, e passara muitos anos servindo nas equipes da Câmara e do Senado. Embora detentor de um PhD de Harvard em administração pública, Cannon não tinha diploma de bacharel em direito, mas o Juiz Presidente precisava de um profissional completo para criar e executar uma ampla série de projetos visando a um aperfeiçoamento do trabalho das cortes.

---

7: O «Federal Judicial Center» foi criado por lei, em 1968, para servir ao Judiciário Federal nas áreas de ensino e pesquisa. Desde a sua fundação, o Centro tem programado inúmeras atividades de treinamento da magistratura federal e do respectivo pessoal de apoio. Para os Juizes estaduais existe o «National Judicial College», sediado em Reno (Nevada).



«Minha cabeça quase que girou quando o Presidente da Corte enumerou as suas responsabilidades administrativas... como chefe de um dos três Poderes do Estado», ele se recorda, «com uma equipe de pessoal menor do que qualquer congressista novato».

O Juiz Presidente, que trabalhava 77 horas por semana durante o ano inteiro, disse que receberia bem qualquer assistência; logo Cannon começou a trabalhar. O Congresso providenciou verba para um secretário. Um de seus primeiros projetos foi um programa de Estágio Judicial baseado nos esquemas de estágio da Casa Branca e do Congresso e segundo o qual jovens profissionais, geralmente professores de ciência política ou direito, pesquisam sobre a modernização total do sistema judiciário, incluindo o mais intrincado de todos os problemas: o do aumento explosivo das lides forenses. Nesta década, o total de demandas apresentadas cresceu assustadoramente. Cerca de 4.000 novos feitos são protocolados anualmente na Suprema Corte. A famosa e frequente ameaça de que «Eu vou até a Suprema Corte!»<sup>8</sup> graças a Deus nem sempre pode ser cumprida. Mas muitas causas envolvendo questões constitucionais chegam mesmo até lá, exigindo o trabalho de uma variada equipe de pessoas. Não é uma equipe grande — menos de 300 pessoas trabalham no prédio, incluindo marceneiros e policiais — mas é uma equipe de peritos.

Quatro Oficiais da Corte, todos da confiança dos Juízes, mantêm a máquina judiciária trabalhando maciamente no seu mais alto nível. Enquanto que em cada 22 meses, em média, entra um novo Juiz na Corte e enquanto que cada Presidente da Nação que tenha servido um mandato completo indicasse pelo menos um novo componente da Corte (Roosevelt, em seus três mandatos, nomeou nove),<sup>9</sup> os Oficiais da Corte distinguem-se

---

8. No Brasil também é muito comum a expressão: «Se for preciso, eu vou até o Supremo!».

9. Os Juízes da Suprema Corte («Associate Justices») e o próprio Juiz-Presidente («Chief Justice») são nomeados pelo Presidente da República, devendo ser confirmados por votação do Senado Federal («U.S. Senate»). A escolha pode recair em magistrados, federais ou estaduais,

por sua estabilidade nos cargos. John Paul Stevens, o benjamim dos Juízes, é o 101º Juiz da Corte, mas em todos estes anos só houve 40 oficiais principais.

O que estes quatro homens-chave fazem, além do que fazem os Juízes e seus pequenos «staffs» individuais, dá para explicar bem como a Corte desempenha a sua carga de trabalho.

Atualmente, os quatro são Michael Rodak, 16º Escrivão da Corte; Alfred Wong, 8º Delegado; Henry Putzel, 13º Redator de Jurisprudência; e Betty Clowers, Bibliotecária interina; somente 6 bibliotecárias serviram à Corte até agora. Todos quatro são servidores dedicados com uma missão comum: livrar os Juízes do trabalho rotineiro de todo dia. E, é claro, encarregar-se da proteção pessoal dos magistrados e da segurança e manutenção do próprio palácio. Todos quatro são também sociáveis, simpáticos e de aparência imbatível.

Esbelto e fluente, **Mike Rodak**, o Escrivão, veio para a Corte há 20 anos atrás, tendo passado pela Força Aérea e pelo Centro de Direito da Universidade de Georgetown. Sua carreira toda foi no setor administrativo, sendo que como chefe nos últimos cinco anos. Através de seus balcões e de suas malas postais passam aqueles milhares de processos por ano.

Muitos desses casos são petições requerendo que a Suprema Corte avoque o julgamento de causas perdidas em tribunais inferiores, sempre acompanhados de 100 dólares, a taxa única que a Corte cobra para protocolar um feito.<sup>10</sup> Outros são requerimentos sob o pálio da justiça gratuita, em que as pessoas declaram não ter condições de pagar nem a taxa nem as custas

---

procuradores ou advogados de renome. John P. Roche, em seu livro «Tribunais e Direitos Individuais — o Judiciário Americano em ação» (Forense — 1967), comenta ironicamente: «Nenhum Presidente se mostra impelido a premiar os inimigos políticos». Se o Presidente é democrata, com toda a certeza o nomeado terá um passado político também democrata. O mesmo acontecerá com os republicanos.

10. A quantia de 100 dólares no câmbio oficial atual (abril de 1980) corresponde a Cr\$ 4.834,00. A título de comparação, registre-se que o Supremo Tribunal Federal brasileiro cobra presentemente a taxa de Cr\$ 2.000,00 para o processamento de recursos ali interpostos.

processuais que podem chegar a milhares de dólares. Cerca de um quinto destes requerentes «pobres» são condenados que esperam que a Suprema Corte os ajude a livrar-se da prisão.

Toda petição «certa» que a equipe de Rodak considerar em boa forma — mesmo que seja escrita à mão e em papel da própria cadeia — recebe um número de protocolo e, quando pronto o seu sumário, é encaminhada aos nove Juízes. Seus pontos principais são colocados num computador para informação imediata. O banco de memória do computador guarda também dados resumidos sobre os 111.000 advogados que, após o pagamento da taxa de 25 dólares e o juramento perante o Escrivão, são admitidos na Ordem dos Advogados da Suprema Corte. O nome e o endereço do membro desta Ordem devem figurar, em todas as petições e ele, ou ela, é plenamente responsável pelo caso. Se dá entrada uma petição com justiça gratuita, como sempre acontece, a Corte terá que designar e pagar um procurador.

Quando a Corte está em período de funcionamento forense, isto é, do começo de outubro ao fim de junho, estas petições, e suas respectivas contra-razões, que podem chegar a centenas de páginas, pesando vários quilos, são levadas aos gabinetes dos Juízes em carrinhos-de-mão. Nas férias forenses, de verão, os processos são enviados em pesadas malas de prioridade postal para onde quer que se encontrem os Juízes.

Nos meados de setembro, Rodak e seu pessoal relacionam o acúmulo do verão (que chegou a 952 títulos no último outono) numa enorme «lista de conferência». Na última semana de setembro, já retornados de suas férias, os Juízes se mantêm em conferência, decidindo que casos devem «morrer» ou ser devolvidos e quais os que envolvem a necessária questão federal ou constitucional, na opinião de pelo menos quatro Juízes, a fim de que a Corte sobre eles se pronuncie.

Os Juízes não podem deixar que os processos se acumulem no recesso de Verão; a prática mais prudente é debruçar-se no «dever de casa» uma semana sim outra não, a fim de que os casos que tenham que ser examinados pela Corte, uns 175 por período forense, possam ser peneirados da massa com certa

celeridade durante a conferência na semana que precede a abertura formal dos trabalhos.<sup>11</sup>

«Tento evitar as dores-de-cabeça para os Juízes», diz Rodak, o Escrivão, que, entre outras coisas, organiza a pauta dos 24 processos que devem ser julgados em cada mês do período forense — na base de quatro por dia, com uma hora de duração cada um, em três dias de duas das quatro semanas de cada mês. «Por aqui passa um bocado de movimento — tanto de processos como de pessoas. Quando eu vim para este posto havia um pouco mais de 2.000 processos no protocolo».

Antigamente, o Cartório mantinha-se a si próprio, sendo que os salários de seus funcionários eram pagos e o material comprado com a receita proveniente das custas. Agora, as custas, cerca de 177.000 dólares por ano, vão para o Tesouro e a despesa do Cartório é tirada da dotação orçamentária da Corte.

A equipe do Escrivão tem uma pletera de prazos fatais para observar. Um recurso dirigido à Corte tem que ser autuado num determinado prazo após a decisão do tribunal inferior; caso contrário ele será extemporâneo e poderá ser rejeitado pelos Juízes. As contra-razões também têm prazo certo e as «entregas da meia-noite» não são incomuns; e um advogado ou seu mensageiro pode descer de um táxi à porta do Tribunal, às 23,45 horas, para entregar o arrazoado ao guarda-noturno que assinará recibo mostrando que o prazo fatal, se for o caso, não foi ultrapassado.

**Al Wong**, o Chefe-de-Segurança da Suprema Corte, é um educado cidadão sino-americano de Brooklyn que serviu no Exército Americano na Europa e que, depois de passar por Fordham, foi convidado, às vésperas da formatura, a experimentar o Serviço Secreto. Ele experimentou e gostou, tendo lá ficado até a dois anos atrás.

---

11. O maior volume de trabalho da Suprema Corte deve-se à sua competência recursal: os nove «Justices», em reunião plenária (não há Câmaras ou Turmas), julgam os recursos vindos de duas fontes distintas: dos cinquenta Tribunais de Apelação estaduais e das onze Cortes Federais de «Circuito». A competência original da mais alta Corte é reduzida: ações entre a União e um estado-membro e ações entre estados-membros.

Entrando no pessoal da Suprema Corte, Wong tornou-se chefe-de-segurança interino e, depois, efetivo, quando seu antecessor, Frank M. Hepler, exonerou-se. O Chefe-de-Segurança desempenha quase tantos papéis como o Juiz-Presidente. Uma de suas importantes missões é dirigir a equipe de segurança composta de 60 homens escolhidos e 6 mulheres. Eles supervisionam cuidadosamente a segurança do prédio. Cada visitante da Sala de Julgamentos tem que passar por um aparelho semelhante ao Raio-X dos aeroportos. Todas as pastas e bolsas são rigorosamente inspecionadas pelos guardas e por seus aparelhos detectores.

Aquele velho caso de confrontação entre o sentinela e o general já aconteceu ali. Num domingo, um Juiz estacionou seu carro convenientemente do lado de fora do prédio e entrou com duas pastas, cumprimentando um guarda ao passar. «Um momento, senhor; eu tenho que checar as suas pastas», disse o policial e logo entrou em ação. «Você é novo aqui?», perguntou o Juiz e o segurança respondeu orgulhosamente «Sim, senhor, três dias». O Juiz, então, identificou-se e afastou sua mão. O policial pediu desculpas, mas ouviu do Juiz: «Não, você está aqui para isso. A não ser mesmo o pessoal da casa que você conheça, não deixe passar ninguém sem uma identificação completa».

Além de ser o chefe da segurança, Al Wong administra o edifício, dirige todas as suas operações e é o seu chefe de cerimonial. Nas sessões da Corte geralmente é ele que desempenha o papel de pregoeiro e de cronometrista.

As duas últimas funções obrigam Al Wong bem como Mike Rodak a usarem casacas sob medida, já que esse tipo de roupa não mais se encontra pronto. Ele não se incomoda com a formalidade, embora tal vestimenta «sempre me lembre», diz Wong, «da rendição japonesa perante o General Mac Arthur a bordo do Missouri».<sup>12</sup>

---

12. Na manhã de 2 de setembro de 1945, as autoridades civis japonesas compareceram de casaca e cartola (juntamente com os generais em farda de gala) ao convés do encouraçado americano «Missouri», para

O Delegado não se dá por muito sério; em sua mesa, bem ao lado da sala de julgamento, há um escudo de lapela, onde se lê «B'nai Wong», uma combinação de hebraico e chinês, que se pode traduzir literalmente por «Filhos de Wong». Seus agentes estão sob instruções no sentido de serem agradáveis e corteses não só com os Juízes como também com todos os visitantes.

**Henry Putzel**, Redator de Jurisprudência, é natural do Missouri e bacharel em direito pela Universidade de Yale. Está na Corte há 13 anos. Sua função é preparar os volumes anuais do «United States Reports», contendo todas as decisões unânimes e divergentes da Corte. Houve época, que os votos eram lidos em voz alta na sessão de julgamento pelos seus autores, porém, como observou um dos atuais Juízes «Nós estávamos perdendo muito tempo fazendo discursos na Corte só para agradar os visitantes».

Nos dias antigos e mais calmos, uma sessão da Corte era como um acontecimento social. Os Juízes, bem como os Advogados, gostavam um pouco de impressionar verbalmente os seus próprios colegas ou demais conhecidos que se encontrassem no recinto. Um advogado já adiantado em sua argumentação — que podia se arrastar por dias — poderia começar tudo de novo por causa da entrada de uma dama que ele quisesse impressionar.

Hoje em dia, os Juízes têm acesso a um completo relatório impresso sobre cada caso. Os votos estando ali impressos com antecedência, não há necessidade de que sejam lidos em voz alta durante a sessão. Eles são fornecidos aos advogados presentes ao julgamento. Podem também ser obtidos no andar de baixo, através de Barret Mc Gurn, Oficial de Informações e antigo correspondente-chefe do «New York Herald Tribune» no exterior, logo após terem sido anunciados na sessão.

Para facilitar aos jornalistas em busca de manchetes e à própria pesquisa futura por parte de advogados e Juízes, as decisões impressas dos últimos seis anos são catalogadas com

---

assinarem o documento de rendição total, perante o General MacArthur, encerrando a Segunda Guerra Mundial no Teatro do Pacífico.

ementa e título feitos por Putzel no mesmo dia do julgamento e pelos quais se tem notícia sumariada do que foi decidido. Uma súmula final mostra com facilidade como votou cada Juiz.

Assim como no caso de Rodak, o Escrivão, os antecessores de Putzel, como Redatores de Jurisprudência, também custeavam a sua atividade. Eles compilavam o relatório anual da Corte, imprimiam-no e encadernavam-no e, então, vendiam cópias, como editores. Seus nomes aparecem nas lombadas dos volumes: Dall. 1790, Cranch 1810, para Alexander James Dallas e William Cranch. Mais tarde, isto foi mudado e os redatores passaram a receber vencimentos; em 1875, o produto de seu trabalho passou a constituir os «United States Reports», já no volume 420.

Outro dos deveres de Putzel é supervisionar o serviço de impressão que funciona no porão da Corte, operação super-sigilosa que nunca teve um vazamento. Em suas duas máquinas impressoras, os esboços de inúmeros votos são impressos e enviados em primeira prova para o relator, seus assistentes e eventualmente para seu revisor, a fim de que leiam e critiquem. A gráfica só imprime votos preliminares e secretos, enquanto que os votos definitivos, sendo do conhecimento público, já vão para a Imprensa Oficial onde serão impressos em volumes encadernados.<sup>13</sup>

«Parece que há muitos juristas autodidatas e peritos em inglês nas prisões», diz Putzel. «Nós sempre recebemos cartas deles corrigindo nossa gramática e apontando nossos erros tipográficos». Uma parte importante de seu trabalho é verificar em cada voto a fidelidade das citações e a conformidade com as normas. De vez em quando, ele sugere a troca de uma palavra, deixando para o Juiz aceitar ou não.

Entre a chegada de uma petição «certa» ou de um recurso e o fecho do relatório anual, muita coisa acontece nos bastidores e com os próprios Juizes. Algo disso — o coração do sistema da Suprema Corte — será descrito na segunda parte deste trabalho.

---

13. A publicação das decisões correspondentes a um ano forense, incluindo debates, votos vencidos, atinge, em média, a 5.000 páginas (conf. boletim informativo da Suprema Corte).

O quarto dos Oficiais da Corte, dirigindo um dos setores mais calmos, é a **Sra. Clowers**, a Bibliotecária interina. Ela dirige um conjunto de bibliotecas dentro do prédio, desde a coleção dos «Reports», sempre pronta para uso atrás da cortina de fundo do salão de julgamento, até as bibliotecas individuais dos Juízes, e ainda uma confortável sala com milhares de livros raros nas estantes. A biblioteca central está sendo ampliada com uma sobre-loja, aproveitando-se o elevado pé-direito do salão, para abrigar, então, 4.500 metros lineares de livros e periódicos. Os advogados filiados à associação da Suprema Corte, bem como congressistas, são bem-vindos ali, contanto que permaneçam tão quietos e silenciosos quanto o busto do Juiz Oliver Wendell Holmes.

A Sra. Clowers, «hoosier»<sup>14</sup> que trabalha há 15 anos na Corte e na Biblioteca do Congresso, que fica no quarteirão pegado, tem diploma de comércio, biblioteconomia e direito, orgulha-se de ser um membro da associação dos advogados da Suprema Corte, embora seja improvável que ela venha a apresentar um caso perante seus Juízes.

Ela acha o seu domínio «calmo e agradável». O Juiz Holmes tinha outra opinião: ali reinava a calma, mas «calmo é o centro de uma tempestade».

Um dos ajudantes da Bibliotecária é Robert Higbie, 47 anos de idade, chamado o «guardião da coleção», sendo ele próprio um colecionador. Começou com a idade de 14 anos, como um pagem, conforme eram chamados, então, os atendentes da Corte, os quatro mensageiros que se assentavam atrás dos Juízes no Salão de Julgamentos. Quando Higbie passa hoje pelo elevador que transporta livros e lanches para cima e para baixo, ele se lembra de sua iniciação como pagem: «Colocavam a gente aí dentro e depois deixavam esta coisa parada por um certo tempo, entre dois andares...»

---

14. «Hoosier» é o gentílico próprio para os nascidos no estado de Indiana, que é conhecido como «Hoosier State».



Higbie e outro pagem costumavam correr pelo saguão para abrir a porta da sala-de-estar para o Juiz Douglas. Um dia a corrida acabou num empate e Higbie escorregou e caiu aos pés do Juiz. «E lá estava eu, deitado de costas, com o Senhor Juiz Douglas olhando-me do que me parecia uns seis metros de altura! Ele só disse: 'Da próxima vez, meu rapaz, use solas de borracha'».

## 2. OS JUÍZES DA SUPREMA CORTE ADMINISTRAM «NOVE PEQUENAS EMPRESAS JURÍDICAS».

Sempre à «distância de um braço» entre si, mantendo-se ostensivamente independentes, os membros da «Corte de Burger» sabem como discordar sem serem descorteses. Veja como:

Os espectadores têm que imaginar por si o que está acontecendo quando os Juízes da Suprema Corte suspendem o sorriso, franzem as sobrancelhas, colocam a mão no queixo, põem os óculos de leitura, bebem água em copos de estanho ou se inclinam para a frente a fim de argüirem o advogado na tribuna. Os nove Juízes se assentam por quatro horas nos dias de argumentação oral. Como outros mortais, mexem-se nas cadeiras para aliviar os músculos cansados. O Juiz-Presidente disse uma vez: «Alguém deve ter posto pedra britada na minha almofada quando eu saí para o almoço». De certo modo, os nove compõem um auditório cativo.

O caso presente vem de Oklahoma. Naquele estado, uma garota de 18 anos pode comprar cerveja, enquanto que um rapaz, só aos 21 anos. Será que esta discriminação sexual atinge a igualdade de todos perante a lei, protegida pela Constituição? E pode a legislação de Oklahoma proibir que Carolyn Whitener da taverna «The Honk and Holler», em Stillwater, venda cerveja a rapazes de 18, 19 e 20 anos?

O caso se torna mais complicado quando os advogados das partes usam de suas respectivas meias-horas para sustentação oral. James H. Gray, assistente do Advogado Geral do

Estado de Oklahoma, representando o Governador David Boren e nove outras autoridades estaduais, inclusive o delegado de polícia de Stillwater, Hilary Driggs, dirige-se à Corte: «Nós não consideramos que o direito de vender cerveja esteja protegido pela Constituição». Cita as estatísticas para provar que os rapazes bebem mais e provocam mais acidentes enquanto bêbados do que as moças. «Talvez», aparteia um Juiz, «isto seja porque os rapazes dirigem muito mais que as moças».

Frederick P. Gilbert, defendendo o «The Honk and Holler» e Curtis Craig, estudante em nome do qual a ação foi proposta (e que agora já tem 21 anos), está estreando na Corte. Ele lembra que a lei em discussão foi, na verdade, proposta, em 1972, por ministros protestantes no anseio de «salvar as almas de rapazes de 18 a 21 anos dos perigos do jogo, da bebida e das mulheres».

Há outras indagações: pode a cerveja intoxicar alguém? Será que têm valor as estatísticas sobre a bebida e acidentes? Será que as mocinhas de 18 anos de Oklahoma não entram nos bares e compram cerveja enquanto seus namorados mantêm o motor do carro funcionando? Tem a Suprema Corte dos Estados Unidos competência para interferir num ato legislativo presumivelmente judicioso de um estado autônomo?

Os Juízes demonstram vivo interesse pelos casos e assim também os espectadores, salvo alguns sorrisos à socapa (cuidadosamente ignorados). Uma grande parte dos assentos da sala de julgamentos é reservada para turistas que entram e saem, um grupo de cada vez, com direito a permanecer, cada grupo, pelo espaço de três minutos, a fim de se dar lugar a outros, alinhados em fila do lado de fora, no Grande Saguão.

Quando o tempo expira, o Juiz-Presidente acena para os advogados, dizendo, «Obrigado, senhores, o caso está apresentado», e passa para o seguinte. Se há uma ou mais advogadas presentes, a palavra «senhores» é substituída por «advogados». «CRAIG versus BOREN», como está protocolado o caso de

Oklahoma, teve sua hora na Corte. Seu desfecho: a Corte, posteriormente, suspendeu a lei discriminatória.<sup>15</sup>

Este é o **lado público** da Suprema Corte. Nenhuma testemunha ou jurado presente, mas muitos advogados, desde aflitos e suados estreantes até os tarimbadíssimos Procurador Geral e seus Assistentes, sustentando demandas em que a União Federal é uma das partes. **O lado privado** é outra coisa, algo de singular entre todos os sistemas judiciários conhecidos.

«O Poder Judiciário dos Estados Unidos», escreveram os constituintes no Artigo III da Constituição, «será investido na suprema Corte, e nas cortes inferiores que forem oportunamente estabelecidas por determinação do Congresso. Os Juizes, quer da Corte suprema quer das inferiores, conservarão seus cargos enquanto bem servirem e perceberão por seus serviços uma remuneração que não poderá ser diminuída durante a permanência no cargo».

Vamos ver aqui como funcionam estes Juizes.

Os gabinetes dos membros da Suprema Corte ocupam três alas do mesmo andar onde está o Salão de Julgamentos, sendo a quarta ala a entrada principal, guardada por um par de portas de bronze de seis toneladas e meia e também por policiais. Onze Juizes ao todo ocupam gabinetes ali, inclusive dois aposentados, os Juizes Tom Clark e William O. Douglas, que mantêm suas salas por cortesia do governo, com a condição de que permanecessem «ativos», mesmo depois de aposentados. (Um terceiro aposentado, Stanley F. Reed, deixou recentemente a Casa, com a idade de 92 anos). Os dois outros ex-Juizes ainda vivos, Arthur Goldberg e Abe Fortas, têm movimentados escritórios de advocacia em Washington

---

15. Até 1978, a Suprema Corte havia impugnado cerca de mil leis estaduais e municipais, inclusive dispositivos constitucionais estaduais, que colidiam com a Constituição Federal. No tocante à legislação federal, num total aproximado de 85 mil leis emanadas do Congresso, somente 122 dispositivos de 117 leis foram declarados inconstitucionais até a mesma data (conf. Henry J. Abraham, ob. cit.).

Hoje, os Juizes em exercicio operam, como eles próprios dizem, à maneira de «pequenas empresas jurídicas». Pequenas mesmo: duas secretárias (o Presidente precisa, e tem, três), um mensageiro e três ou quatro assistentes jurídicos. Os nove somente se reúnem nas conferências (quando ninguém mais participa), ou na sala de jantar do segundo andar ou em sessão de julgamento. Costumam se telefonar ou se visitar nos respectivos gabinetes para falar sobre um processo; às vezes, saem em duplas para o almoço — mas é raro — e alguns podem se encontrar em recepções, mas, geralmente, como o define cuidadosamente o Juiz Byron White, «estamos sempre à distância de um braço», o que preserva sua ostensiva independência de pensamento.

À distância de um braço ou menos, no começo de cada conferência ou sessão da Corte, os Juizes fazem uma roda de cordiais apertos de mão, um ato simbólico que significa que eles «Podem discordar entre si sem serem descorteses». O que nem sempre foi o caso. Uma vez, por exemplo, o Juiz James C. McReynolds estava atrasado para a conferência. O Juiz Presidente Hughes determinou: «Vá dizer a ele que nós estamos esperando!». O petulante McReynolds mandou responder: «Diga ao Presidente que não sou empregado dele!».

Na conferência, o Juiz Presidente apresenta um sumário de cada caso em que o litigante pede a apreciação da Suprema Corte. Cerca de 80 casos novos, em média, são colocados em pauta em cada uma das 52 semanas do ano. Estes processos ou serão admitidos para debate oral em sessão de julgamento ou serão enviados, por decisão da Conferência, a julgamento por uma corte inferior. De vez em quando, a Corte tem que anular sumariamente uma decisão totalmente errada da instância inferior. Em cada semana de debates orais 12 casos são apresentados. Os quatro casos apresentados na segunda-feira são apreciados, posteriormente, na conferência da tarde de quarta-feira; os oito apresentados na terça e na quarta de manhã vão à decisão na conferência de sexta-feira, que dura o dia inteiro — juntamente com mais cerca de 100 novos requerimentos, recursos e petições.

Conforme a «regra dos quatro», um acordo de cavalheiros que funciona há mais de meio século, quatro Juízes decidem se a Corte deve ou não tomar conhecimento de um caso para decisão. Qualquer Juiz pode pedir vista ou adiamento de um processo para decisão posterior — a não ser que haja necessidade urgente de uma decisão imediata.

Nos casos julgados cabe ao Juiz-Presidente, se ele estiver com a maioria, a lavratura do acórdão; se ele estiver na minoria, então o Juiz mais antigo entre os vencedores relatará a decisão. Cada julgador tem o direito de lançar o seu voto, vencedor ou vencido.

Por muitos anos fumar era um tabu na sala de conferência, que é uma parte das instalações do Gabinete do Presidente. Porém, há algumas décadas atrás, apareceu um Juiz que era fumante inveterado. Em sua primeira participação na Conferência, ele acendeu o cigarro. Ninguém lhe disse que não podia, e lá se foi a tradição. Hoje vários Juízes fumam, mas, discretamente e em deferência a seus colegas, retiram-se para um canto da sala onde dão algumas baforadas rápidas. Os exaustores impedem que a sala fique cheia de fumaça. Charuto ninguém se atreveria a fumar ali.

Os Juízes contam com o que se pode chamar de uma «décima pequena empresa jurídica» a seu dispor — dois jovens técnicos judiciários. James Ginty trabalhou como policial no Capitólio, enquanto estudava direito na Universidade de Georgetown, e mais tarde foi para a Comissão de Câmbio e Seguros. Susan Goltz trabalhou três anos como assistente do advogado distrital do Bronx, destacada no departamento de recursos.

«Ginty & Goltz» funcionam como «advogados da casa», servindo à Corte, ao Escrivão e a todo o pessoal. Eles examinam as centenas de requerimentos e pedidos especiais que dão entrada no ano, alguns exigindo decisão em horas. «O poderoso Senador Eugene McCarthy ganhou na votação no estado tal para Presidente da República?». Questões urgentes como esta não podem esperar por uma resposta. É Jim Ginty quem diz: «Nós estamos aqui para diminuir o trabalho dos Juízes e do Escrivão e aliviá-los de uma parte de suas pesadas cargas. Conforme a música, a

gente tem que dançar». Susan Goltz declara: «Nós temos pouco contato com a advocacia externa; somos mesmo os advogados da equipe, muito domésticos». Injunções para conseguir a liberação de verbas ou para evitar o desvio delas por algum membro do Gabinete, suspensões de penas de prisão — esta é a sua faina diária.

Tendo sido nomeados há mais de quatro anos, Ginty e Goltz mantêm a continuidade do sistema de estagiários, assim como também o faz Ken Ripple, outro dedicado advogado que trabalha como assistente especial do Juiz-Presidente. Embora quase todos bacharéis-estagiários sirvam somente por um ano na Corte, o costume de alguns permanecerem por longos anos vem desde 1910, pelo menos. Charles Evans Hughes, William Howard Taft e Frank Murphy tiveram estagiários que serviram por cerca de cinco anos.

O sistema de bacharéis-estagiários começou em 1882, quando o Juiz Horace Gray contratou um diplomado da Faculdade de Direito de Harvard para ajudá-lo por um ano. Os estagiários têm valor inestimável para seus chefes; a experiência tem valor inestimável para os estagiários. Três atuais Juízes começaram como estagiários: Byron White, que estagiou com o Juiz-Presidente Fred Vinson em 1946-47; John Paul Stevens, que trabalhou para Wiley Rutledge em 1947-48; e William Rehnquist, que assessorou Robert H. Jackson em 1952-53.

No fim do verão e no começo do outono, quando a máquina administrativa da Corte quase entra em ebulição antes da abertura do novo período forense, chegam os novos estagiários, alguns entrando pela primeira vez no edifício, nunca tendo encontrado os próprios Juízes, que podem tê-los contratado sem nunca tê-los visto, por recomendação de outros magistrados, de diretores de faculdades ou de bancas de seleção. Eles têm um contato rápido com os estagiários que partem; recebem um dia de orientação dos Oficiais da Corte; e, de repente, mal sabendo o caminho da cantina, eles se acham imersos em marés de serviço.

O serviço se resume em ler, analisar e resumir a essência de todos os casos novos e escrever memorandos aos seus respectivos Juízes sobre centenas de problemas — inclusive sobre o

aspecto formal das petições que buscam revisões por aquela Corte de última instância.

Cada Juiz decidirá por si mesmo que rumo tomará o processo, mas os estagiários têm que «enfiar a cara» nos livros de direito em busca de subsídios, até mesmo para um eventual debate, seja qual for a opinião que o Juiz venha a ter. Geralmente, os estagiários agem como prolongamentos da personalidade intelectual e jurídica de seu Juiz.

Os estagiários têm acesso ao miniginásio do último andar (onde o Juiz White, sem querer, é claro, quebrou a perna de um dos estagiários do Juiz Stewart, numa disputa de basquete, no ano passado) e ao salão de tênis-de-mesa contíguo, tendo sua própria sala de refeições. No decorrer de um período forense, os Juízes são convidados para almoçar com eles.

«É uma ironia de nosso sistema», diz o **Juiz Stevens**; «quando o período forense se encerra e os estagiários já são 'cobras', eles têm que ir embora para dar o próximo passo de suas carreiras. Uma lealdade interessante surge entre os estagiários e seus Juízes. Parece-se muito com a relação advogado-cliente, íntima e confidencial. Como um advogado, o estagiário não pode dizer a seu cliente, o Juiz, o quer fazer. Ele pode somente sugerir o que pode vir a acontecer se ele agir dessa ou daquela maneira».

Em seu primeiro ano — quando ele entrou, o período forense ia pelo meio — o próprio Juiz Stevens já era um «cobra», redigindo uma torrente de pareceres discordantes.

Na Corte Federal de Apelações sediada em Chicago, Stevens sentiu que o ambiente de unanimidade agradava ao tribunal, aos advogados e ao público. Na Suprema Corte, ele acabou percebendo que se um dos Juízes discorda, ele tem o dever de declará-lo e porque, eis que qualquer sombra de divergência de opinião tem que ser declarada e também porque muitas das opiniões discordantes poderão eventualmente levar à reconsideração da maioria e tornarem-se a «lei da terra».

Na qualidade de estagiário, há três décadas atrás, Stevens captou um certo rancor e um certo azedume entre alguns Juízes daqueles dias pós-Guerra, pós-Roosevelt. Agora que subiu e se

tornou um dos Nove, ele diz: «Francamente, eu não acreditava que pudessem ser amigáveis, mas eles não poderiam ter sido mais amáveis para comigo do que foram. Hoje eu genuinamente **adoro** cada um desta Corte».

Talvez aquela impressão se deva ao fato de que, no passado, os atritos internos distorciam a imagem da Corte — e seu próprio trabalho. O Juiz Robert H. Jackson polemizava com o Juiz Hugo Black pelos jornais. Um Juiz notoriamente anti-semita praticamente virava as costas para o Juiz Benjamin Cardozo durante as conferências.

Na qualidade de benjamim da Corte, o Juiz Stevens funciona como porteiro nas conferências secretas, recebendo e enviando mensagens que vêm e vão através de batidas na porta. Há anos atrás, o Juiz Tom Clark teve esta função e comentava sarcasticamente: «Por cinco anos, eu fui o porteiro mais bem pago do mundo...» O Juiz mais novo também se assenta com o Presidente e com o Escrivão, no fim de cada conferência, para esboçar a Lista de Ordem que sumaria as multifárias decisões a que chegou a Corte, para que sejam anunciadas na outra segunda-feira.

Por quase quatro anos, antes da chegada de Stevens, era o **Juiz William H. Rehnquist** que exercia os «deveres do benjamim». Ele tomara posse em 7 de janeiro de 1972, poucos minutos depois de Lewis F. Powell. Diz ele que, na verdade, não se importava com as funções de porteiro ou com a incumbência de cuidar da recepção dos novos bacharéis-estagiários, em outubro, ou da festa de Natal dos funcionários da Corte, mas «até que achei bom quando fui substituído por John Stevens».

Como brilhante Assistente do Advogado Geral em 1971, Rehnquist «estava ajudando a compor a lista de possíveis indicados à Corte. Então, um dia Mitchell e Kleindienst disseram-me: 'Você não pode trabalhar conosco hoje; você está na lista». Dois dias depois, ele foi nomeado. Tendo participado das lutas de confirmação de Carswell e Haynsworth, ele sabia o que o esperava. Mesmo assim, seu processo de confirmação (de 21 de outubro a 10 de dezembro de 1971) lhe pareceu interminável. Vinte-e-seis



Senadores votaram **não**, mas o Juiz Rehnquist podia confortar a si próprio: «O mesmo número (num Senado menor) votara contra Charles Evans Hughes para Juiz Presidente».

Ele considera seu retrato oficial da Suprema Corte muito sizado, parecendo, como definiu um amigo, «um Juiz carrasco». Ele é, na verdade, um homem grande, aberto e afável e, de fato, as fotos não lhe fazem justiça. Sobre a sua lareira há um boneco do Lone Ranger (Cavaleiro Solitário), vestido em azul celeste. Foi seu estagiário que lhe deu em 1975, em alusão aos seus 11 solitários votos vencidos.

O **Juiz Powell**, o homem que por questão de minutos deixou de ser o porteiro das conferências, é um cavalheiro virginiano que trabalha durante os recessos de verão nas instalações da Justiça Federal em Richmond. Do outro lado da rua, ele pode ver o Capitólio Estadual desenhado por Thomas Jefferson. A seis quadras, fica a histórica casa do Juiz Presidente John Marshall, quarto Presidente da Suprema Corte, que foi indicado pelo Presidente John Adams, tendo servido por 34 anos.<sup>16</sup>

Lewis Powell é o único dos atuais Juízes que foi nomeado em pleno exercício da advocacia e foi muito sincero ao comentar as drásticas mudanças em seus hábitos sociais e profissionais. «A vida recomeçou para mim aos 64 anos». Sente dolorosamente a falta dos amigos com quem ele e sua mulher eram livres para passar o tempo antes do raio que os atingiu.

«Eu pensava na Corte», disse ele numa reunião da Associação Americana de Advogados no último verão, «como um corpo colegiado no qual as mais características atividades eram a consulta mútua e a deliberação cooperativa, tudo isso apoiado por uma forte equipe. Logo tive uma surpresa», porque descobriu que os Juízes, com certa ajuda de seus estagiários, na verdade fazem o seu próprio trabalho.

---

16. A John Marshall deve-se a doutrina do «Judicial Control», segundo a qual «cabendo ao Judiciário aplicar as leis na solução dos conflitos, impõe-se aos Juízes, antes do mais, verificar se elas estão em harmonia com a Constituição, pois, só assim, serão tidas como lei».

«A Corte», continuou, «é talvez uma das últimas cidadelas do individualismo ciumentamente preservado... Por incrível que pareça, um Juiz pode passar todo o período forense sem entrar uma vez sequer nos oito gabinetes de seus colegas da Corte. Acho que sinto falta da equipe adequada de uma empresa moderna de advocacia mais do que sinto falta de enviar minhas contas a devedores nervosos mas solventes. As conferências», diz ele, «são a oportunidade principal para discussão, debates e deliberação em grupos. Os Juizes ali podem falar tão frequentemente e por tanto tempo que quiserem... e não raramente uma conferência tem mudado meu ponto-de-vista original».

### **Brevidade, a alma da inteligência de Holmes**

O Juiz Harry A. Blackmun, assim como o Juiz Presidente, foi criado em Minnesota e trabalhou por 10 anos no setor administrativo da Clínica Mayo, em Rochester. Quando trabalha em seu gabinete, o único pintado em tons suaves, ele usa um «cardigan» azul-escuro ou marrom, sentado quase sempre numa velha mesa de contador, que ele conseguiu salvar do antiquário no Federal Building em St. Paul. Tem em mente a observação verdadeira do Juiz Holmes de «que não há nada que conduza mais à brevidade do que um pequeno empurrão». Pois, em matéria de brevidade ninguém conseguiu bater as palavras de Holmes, quando anunciou aos colegas o seu afastamento definitivo, em 1932: — «Amanhã, eu não venho mais trabalhar».

Há quatro anos atrás, o Juiz Blackmun emitiu as primeiras decisões da Corte sobre casos de aborto. Não se ofereceu para a missão — ela lhe foi distribuída — e ele diz, algo lamentavelmente, «De vez em quando eu ainda sofro pressões por causa daquilo». E seus colegas também sofrem pressões. Uma vez, na Universidade de Nova Iorque, o Juiz-Presidente foi cercado simultaneamente por manifestantes dos «direitos humanos» e por um grupo «gay».

O Juiz Thurgood Marshall, agora no seu décimo ano na Corte, sente-se bastante à vontade nos salões da Casa. Como estudante de Howard, ele já usava sua Biblioteca e, como Procura-

dor Geral, funcionou ali em vários casos, por dois anos, antes de sua nomeação. Nas sessões do tribunal ele pode apresentar uma cara de juízo final, enquanto vocifera com os advogados, como um Perry Mason escuro, mas, em seu gabinete, sua conversa costuma ser temperada com fogo rápido e muito senso de humor, brotando do grande reservatório da memória.

Assim como a maioria de seus colegas, Marshall receberia com bons olhos uma Juíza na Corte e seu ocasional companheiro de almoço (e muito frequente companheiro de votação liberal), o Juiz Brennan, acrescenta: «Quanto mais cedo melhor». Marshall recorda-se que «Lindon Johnson esforçou-se o quanto pode para colocar uma mulher na Corte mas não conseguiu». Uma das três estagiárias deste período, Susan Bloch, trabalha para o Juiz Marshall, que diz dela com admiração: «Ela tirou dois Bs na Faculdade de Direito — suas notas mais **baixas!**» Marshall adverte seus estagiários: «Se vocês discordam de mim — e não falam — eu fico com a razão».

No último verão, dois dias após o seu 68º aniversário, o Juiz Marshall sofreu um ataque do coração durante o fim-de-semana do «4 de Julho», mas recuperou-se para enfrentar a sua carga de serviço, só que carregando, agora, menos peso em seu corpo («eles queriam 20 quilos, mas eu lhes dei 10») e reduzindo seu vício de fumar de dois maços por dia para três cigarros.

**O Juiz Byron R. White** é a apoteose de um jovem americano-padrão transformado em adulto: astro do futebol amador no Colorado, nas equipes do Phi Beta Kappa e do All-American, com o apelido de Whizzer; bolsista de Rhodes; jogador profissional de futebol nos times do Pittsburg Steelers e do Detroit Lions; oficial do serviço de inteligência da Marinha durante a Segunda Guerra Mundial; bacharel-estagiário do Juiz Presidente Vinson. Nomeado pelo Presidente Kennedy em 1962, ele é o primeiro ex-estagiário a se tornar Juiz da Suprema Corte.

«Houve uma sensível mudança prática desde a minha vinda para cá», ele diz, «no tratamento dos processos, cada vez em maior número. No último período forense, nós denegamos 3.800 casos. Estamos também elaborando um terço a mais de votos

escritos (desde a década de 50, um meio a mais), atingindo a média de 140 votos por ano. Todo mundo está mais ocupado, escrevendo mais. Há uma urgência constante; eu mesmo deixei, às vezes, de emitir votos discordantes por causa disso».

White não se preocupa com o fato de que a Suprema Corte possa ser influenciada pelas correntes de opinião pública. «A conveniência não é fator de decisão aqui na Corte; a Carta de Direitos é uma regra antimajoritária». Ao mesmo tempo e numa visão ampla, ele reconhece que as decisões da Suprema Corte não terão longa duração se não estiverem afinadas com as convicções do povo. «Esta Corte já se reformou a si própria mais de 150 vezes desde 1789: os Juízes mudam de opinião e novos Juízes vêm para a Casa, renovando a Corte».

Como um ex-estagiário (e, por acaso, o único Juiz que até agora não contratou uma estagiária), ele tem uma palavra generosa para esta assessoria anônima: «Nós não poderíamos realizar o nosso trabalho sem os estagiários. Mas não acho que eles influenciam tanto nos resultados dos julgamentos. Gosto de tê-los por perto para ouvir-lhes os diferentes pontos-de-vista. Quando servi como estagiário, não acho que tenha dito ou feito algo que pudesse ter influenciado o meu Juiz. Penso que prestava um bom serviço ao Juiz Presidente Vinson colocando à sua disposição todas as considerações relevantes sobre o caso, tais como decisões de outras cortes, revistas jurídicas e minha própria opinião — coisas que ele não teria tempo para conseguir por si só».

O **Juiz Potter Stewart** veio da Corte de Apelações do Sexto Circuito em Cincinnati, onde, na idade de 39, começou a trabalhar como o mais jovem Juiz Federal da época. «Tive a honra de trabalhar lá com a falecida Florence Allen, primeira e, então, única Juíza Federal. Franklin Delano Roosevelt a nomeara para aquele cargo — ela era um produto do recente movimento pelo sufrágio feminino — e uma vez disse que Eleanor Roosevelt prometera sua indicação para a Suprema Corte». (Roosevelt morreu antes que isso pudesse acontecer).

«Uma das características deste lugar é que aqui ninguém se sente como vigia do irmão», afirma o Juiz Stewart. «Muitas

vezes, a não ser pelas conferências, praticamente nem sei o que os outros estão fazendo». Os Juizes são tão ocupados como independentes. Em seu gabinete, onde ele tem três estagiários e compartilha um quarto, «o único 'gargalo' sou eu. Se eu tivesse 100 estagiários, seria mais folgado para eles, mas não mais fácil para mim».

Mesmo vivamente atarefado como é, o Juiz Stewart, em horário previamente combinado, costuma aparecer numa das salas de palestras, para alinhar suas observações sobre a Corte e o seu funcionamento, a uma audiência de escoteiros, ou de esposas de diplomatas estrangeiros, ou estudantes do pré-jurídico ou seja lá quem for.

Aos 70 anos, **William J. Brennan Jr.** é o mais velho e o mais antigo dos Juizes: no dia 16 de outubro passado ele comemorou seu 20º aniversário na Suprema Corte. Geralmente nesse dia, ele e a Sra. Brennan passam a noite com o Juiz e Sra. Douglas. Da última vez, Douglas, que, por coincidência, aniversaria nessa data, estava muito doente.

Brennan já foi chamado de o «juiz dos pobres», porque lê pessoalmente todas as petições amparadas pela justiça gratuita que chovem na Corte. «Leio as dos ricos e as dos pobres», corrige o Juiz Brennan. «Lê-las eu mesmo economiza-me tempo. Sei o que estou procurando e prontamente posso detectar se há algo de novo nos pedidos». Mas isto todos fazem: seria mais justo dizer-se que **todos** são juizes dos pobres e dos ricos.

A estatística anual dobrou desde que o Juiz Brennan veio para a corte e ele, como seus colegas, teve que adotar um rigoroso padrão-de-vida. Procura ir para a cama às nove da noite, levanta-se para uma caminhada às cinco e trinta da manhã e está no seu escritório mais ou menos às sete e meia. Trabalha parte de todos os domingos e há sete anos deixou de aceitar compromissos para falar fora da Corte. Em Nantucket, nas férias de meio-de-ano, «tiro dois meses de verão para me recuperar», mas a caminhada e o trabalho continuam.

Todos os nove Juizes têm um encargo adicional — supervisionar um ou mais dos onze Circuitos da Justiça Federal e suas respectivas Cortes de Apelação. (O Juiz Presidente e o

próprio Juiz Brennan supervisionam duas cada). Normalmente, um Juiz é destacado pelo Presidente, para um circuito ao qual esteja mais ligado; assim, por exemplo, o Juiz White, do Colorado, tem a seu cargo o 10º Circuito, sediado em Denver. Petições de extrema urgência que chegam à Corte em geral são encaminhadas ao Juiz mais apropriado. Foi assim que, em dezembro último, a mãe do condenado Gary Gilmore — que queria ver executada sua própria pena de morte — apelou para o Juiz White, cujo circuito inclui Utah.

### **Tendência para ir para a cadeia**

O Juiz Presidente Burger, que por seu cargo, acerta o passo de todos os Juizes em seus esfalfantes trabalhos, é, como todos, um trabalhador «viciado», não por escolha mas por necessidade. (O Juiz Douglas costumava gabar-se de que podia dar conta de sua tarefa semanal em quatro dias, porém ninguém mais achou isto remotamente possível — e nenhum outro Juiz leva seu depoimento a sério). O Presidente calcula que quase um terço de seu próprio tempo é consumido em tarefas administrativas que não dizem respeito a seus pares.

Na qualidade de representante do Judiciário Americano, ele já fez, a partir de 1969, três longas viagens ao Japão, à França e à Suécia, como convidado dos supremos tribunais daqueles países. As viagens em geral incluem palestras sobre o sistema judiciário americano feitas nas principais universidades. Quando estava na Suécia, no último outono, ele revisitou várias prisões, como sempre fizera há anos, para ver por si mesmo em que condições os presos — perdedores da sociedade — são mantidos em confinamento. O Ministro da Justiça da Suécia, apresentando-o num jantar, disse: «Ele já esteve em maior número de cadeias suecas do que qualquer criminoso do país».

Fã de história e doido por antigüidades, o Presidente passa os fins-de-semana de verão trabalhando num vestibulo separado por cortina da sala de jantar de sua casa em North Arlington, Virgínia. A mesa fica cheia de livros. Quando ele olha para fora vê muitas das várias espécies de flor que plantou nos canteiros

do jardim, bem cedindo, entre 5 e 7 horas da manhã. Localizada no centro de um terreno de 28.000m<sup>2</sup>, a confortável casa tem privacidade total — fator que Warren Burger e sua mulher Elvira muito valorizam.

Como Assistente do Advogado Geral, sob as ordens de Herbert Brownell, no Gabinete de Eisenhower, Burger militou em vários casos perante juízos de 1º grau, cortes de apelação e a própria Suprema Corte. Foi ele que cuidou dos singulares casos contra Aristóteles Onassis, Stavros Niarchos e outros, provando que eles haviam comprado ilegalmente navios-tanque americanos excedentes da Segunda Guerra Mundial. Os processos resultaram na recuperação de mais de 35 milhões de dólares.

Ele teve alguma dúvida em subir para a Suprema Corte. Renunciando do Gabinete do Advogado Geral em 1956, primeiramente recusou e depois aceitou o convite de Eisenhower para que entrasse para a Corte Federal de Apelações em Washington. Treze anos mais tarde foi nomeado Juiz Presidente da Suprema Corte. Desde 1969, ele dirige a Conferência Judicial de cujas realizações se orgulha mais do que de qualquer outra coisa. «Mais de 200 juízes servem em comissões ativas da Conferência», ele proclama. «Seus esforços foram compensados pelo aumento de 34 por cento na produção individual dos juízes federais nos últimos seis anos, um récorde não igualado em nenhum outro órgão do governo. E tudo isso», acrescenta, «enquanto se nega a estes mesmos Juízes aumentos compatíveis com o próprio custo de vida». O custo de vida subiu em 65 por cento e os juízes federais tiveram um aumento salarial líquido de 3,5 por cento. Os Juízes da Suprema Corte recebem 63.000 dólares por ano; o Juiz Presidente recebe apenas 2.600 dólares a mais.<sup>17</sup>

Nos últimos 86 anos, dois eventos aconteceram para aliviar, mesmo que temporariamente, a pesada carga inexoravelmente crescente da Suprema Corte. A primeira mudança foi a criação pelo Congresso, em 1891, das Cortes Federais de Apelação,

---

17. No câmbio oficial de hoje (8.4.80), isto quer dizer que o Juiz da Suprema Corte recebe mensalmente cerca de Cr\$ 254.000,00 e o Juiz-Presidente mais Cr\$ 10.500,00 de gratificação mensal.

que absorveram centenas de feitos que, caso contrário, iriam parar nas mãos dos Juizes da Suprema Corte.

O segundo foi o Ato Judiciário de 1925, defendido pelo Juiz Presidente Taft, que deu à Suprema Corte o supernecessário poder discricionário de rejeitar certas (ao invés de ter que aceitar todas) petições de perdedores nas cortes inferiores. Outra proposta, ainda pendente no Congresso, criaria uma corte nacional de apelações para uniformização da Jurisprudência das várias cortes federais. A maioria dos Juizes da Suprema Corte apoia esta idéia, mas há alguns visceralmente contra.

Este ano, como em todos os períodos forenses, há uma grande especulação na imprensa, nas faculdades de direito e entre os observadores da Corte, sobre qual a direção que a «Corte de Burger» vai tomar. Esquerda ou direita, ou firme no centro? Liberal, no sentido de um maior ativismo, ou conservadora, no sentido de maior reserva e maior respeito aos estados-membros? Mais liberdade de imprensa ou maior proteção aos réus? Maiores direitos para a polícia, ou para os assaltantes?

A evidência é de que a «Corte de Burger» está pelo menos estabilizando se não minimizando, os passos referentes aos direitos dos réus e outros direitos dados pela Corte de Warren. Mas esta evidência é contraditória e indefinida. A atual Corte não é de maneira alguma a intérprete tão rigorosa em que a transformariam, Nixon esperava, os quatro Juizes que ele próprio nomeou.

Duas coisas, pelo menos, estão fora de dúvida. Uma é que o Presidente da Nação nem sempre pode fazer o que quer. Theodore Roosevelt, que nomeou Oliver Wendell Holmes, mais tarde queixou-se: «Eu poderia ter tirado de uma banana um Juiz com mais firmeza!» Harry Truman nomeou Tom Clark, que friamente votou contra o seu padrinho em 1952, no caso do sequestro das usinas de aço. E houve essa decisão unânime contra Richard Nixon no caso das gravações — lavrada pelo Juiz Presidente que ele nomeara.



Alguns ativistas criticam a presente Corte por «negar acesso» aos menos favorecidos. Outros observadores, no entanto, afirmam que a Corte atual já decidiu maior número de casos que qualquer outra, em favor da igualdade de tratamento para as mulheres, para minorias radicais, em favor dos direitos dos prisioneiros, pela igualdade de condições dos filhos ilegítimos e em favor de uma legião de outros grupos desfavorecidos. Um Juiz reconhece: «Quanto mais direitos asseguramos, mais gente demanda — mas esta é a maneira americana».

Outra coisa inquestionável é que a Constituição, sua Carta de Direitos e suas emendas estão ainda muito ativas e presentes, expostas a novas e, alguns poderiam dizer, tortuosas interpretações. O Juiz Presidente tem muito orgulho que seu dia de aniversário (17 de setembro) seja o «Dia da Constituição». Como seu amigo, o falecido Juiz Black, ele carrega consigo uma Constituição muito manuseada, de tamanho de bolso, com passagens grifadas com uma caneta amarela de ponta de feltro. Observa com um sorriso que, na principal referência da Lei Magna, à instituição que agora dirige, a palavra «suprema» não está com letra maiúscula, mas «Corte» está. Ele costuma cismar sobre se isto foi um acidente ou de propósito, e se assim o foi, por quê? De qualquer maneira, a tremenda responsabilidade está ali: Suprema.

É bem mais do que Thomas Jefferson entre outros, desejava que fosse. Por causa deste poder, a Suprema Corte tem resolvido problemas que, sem a sua interferência, teriam precipitado crises constitucionais ou até coisa pior.

Se a Corte não tivesse ordenado a apresentação das famosas fitas gravadas, em 1974, quem pode dizer que desastres teriam assolado o país por causa de uma batalha ferrenha entre o Presidente e o Congresso, a culminar com um moroso processo de «impeachment» perante o Senado? Tal julgamento por certo consumiria meses durante os quais nem o Executivo nem o Legislativo poderiam cumprir adequadamente os seus deveres.

E fosse qual fosse o resultado, a nação poderia ficar partida e magoada, com feridas que levariam décadas para cicatrizar. Mas quando a Suprema Corte falou com firmeza, aquele Presidente renunciou em praticamente duas semanas. Tal coisa só poderia ter acontecido nos Estados Unidos da América do Norte.<sup>18</sup>

### § 1.º — FORMAS POLÍTICAS

As considerações em torno da natureza das formas políticas conduzem a diversos significados e tipologias que a expressão pode abranger. O conceito de «formas» está ligado ao ocidente. Em suas múltiplas inflexões é grego, sendo que o maior número de matizes naquela cultura.

Elas estão em Adolfo Posada, mas merecem detalhada elaboração em Francisco Javier Conde Ollero, Pablo Lucas Verdú, Norberto Bobbio, Enrique Alvarez Conde e outros.

A ideia de forma é geral, pode ser aplicada às mais distintas ordens de realidade, mas a que será objeto de nossas indagações

---

18. O mestre Afonso Arinos de Mello Franco, em seu livro «Algumas Instituições Políticas no Brasil e nos Estados Unidos» (Forense — 1975), colocando em relevo o papel político da Suprema Corte americana, observa, citando Pedro Lessa, que a «tradição judiciária e não política fez do Supremo (brasileiro) o que ele sempre foi na República: uma instância superior, de caráter ordinário, cujo acúmulo de serviço e cuja falta de meios não permitiram se criasse, com o novo regime (república), aquele Poder Moderador que a Suprema Corte é nos Estados Unidos».